

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	48
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	49
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	50
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	657.300.291
Preferenciais	0
Total	657.300.291
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	2.775.107	2.792.365
1.01	Ativo Circulante	123.703	117.735
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	60.535	75.168
1.01.02	Aplicações Financeiras	21.851	7.211
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	21.851	7.211
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	21.851	7.211
1.01.03	Contas a Receber	34.031	30.905
1.01.03.01	Clientes	34.030	30.110
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1	795
1.01.03.02.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	1	795
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.832	1.579
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.832	1.579
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.787	1.918
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.667	954
1.01.08.03	Outros	2.667	954
1.02	Ativo Não Circulante	2.651.404	2.674.630
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	105.178	80.653
1.02.01.04	Contas a Receber	3.937	3.934
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	3.937	3.934
1.02.01.07	Tributos Diferidos	96.593	70.516
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	96.593	70.516
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	3.793	4.081
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	855	2.122
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	855	2.122
1.02.03	Imobilizado	18.042	22.459
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.366	4.027
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	14.676	18.432
1.02.04	Intangível	2.528.184	2.571.518
1.02.04.01	Intangíveis	2.528.184	2.571.518
1.02.04.01.02	Intangível	2.492.158	2.539.937
1.02.04.01.03	Intangível em andamento	36.026	31.581

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	2.775.107	2.792.365
2.01	Passivo Circulante	245.979	270.615
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.518	5.374
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.518	5.374
2.01.02	Fornecedores	18.118	16.855
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.118	16.855
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.495	5.532
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.635	2.702
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	2.635	2.702
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.860	2.830
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	129.088	136.178
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2	-580
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2	-580
2.01.04.02	Debêntures	129.086	136.758
2.01.05	Outras Obrigações	46.550	40.951
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.237	4.739
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	3.532	3.955
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.705	784
2.01.05.02	Outros	41.313	36.212
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	14.465	14.530
2.01.05.02.05	Verba de Fiscalização	1.445	1.391
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	7.772	8.121
2.01.05.02.08	Risco Sacado	13.649	7.323
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	3.982	4.847
2.01.06	Provisões	41.210	65.725
2.01.06.02	Outras Provisões	41.210	65.725
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	39.811	64.326
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos	1.399	1.399
2.02	Passivo Não Circulante	1.843.178	1.694.989
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.795.365	1.641.603
2.02.01.02	Debêntures	1.795.365	1.641.603
2.02.02	Outras Obrigações	11.309	13.941
2.02.02.02	Outros	11.309	13.941
2.02.02.02.05	Arrendamento mercantil a pagar	11.309	13.941
2.02.04	Provisões	36.504	39.445
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.663	6.580
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	947	1.740
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	561	807
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	4.155	4.033
2.02.04.02	Outras Provisões	30.841	32.865
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção	30.841	32.865
2.03	Patrimônio Líquido	685.950	826.761
2.03.01	Capital Social Realizado	867.285	957.285
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	880.785	970.785
2.03.01.02	(-) Capital Social a Integralizar	-13.500	-13.500

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-181.335	-130.524

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	171.039	477.197	142.660	384.055
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-133.875	-388.519	-125.693	-364.116
3.03	Resultado Bruto	37.164	88.678	16.967	19.939
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.256	-18.782	-5.748	-17.337
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.462	-19.834	-5.953	-17.702
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-6.462	-19.834	-5.953	-17.702
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	206	1.052	205	365
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	30.908	69.896	11.219	2.602
3.06	Resultado Financeiro	-54.075	-146.784	-32.436	-81.123
3.06.01	Receitas Financeiras	1.999	3.480	979	4.299
3.06.02	Despesas Financeiras	-56.074	-150.264	-33.415	-85.422
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-56.040	-150.228	-33.320	-85.304
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-34	-36	-95	-118
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-23.167	-76.888	-21.217	-78.521
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.836	26.077	7.208	26.684
3.08.02	Diferido	7.836	26.077	7.208	26.684
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.331	-50.811	-14.009	-51.837
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-15.331	-50.811	-14.009	-51.837
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,0233	-0,0773	-0,0213	-0,0789
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,0233	-0,0773	-0,0213	-0,0789

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-15.331	-50.811	-14.009	-51.837
4.03	Resultado Abrangente do Período	-15.331	-50.811	-14.009	-51.837

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	243.866	208.936
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	262.121	208.694
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-50.811	-51.837
6.01.01.02	Baixa de ativos por direito de uso	-63	0
6.01.01.03	Baixa de ativos permanentes	0	1.342
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-26.077	-26.684
6.01.01.06	Receita com aplicações financeiras vinculadas	0	-94
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de debêntures	138.776	71.288
6.01.01.10	Despesa / (receita) financeira dos ajustes a valor presente	3.940	5.490
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.557	1.882
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	30.116	48.508
6.01.01.13	Depreciações e amortizações	164.683	158.799
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-18.255	242
6.01.02.01	Contas a receber	-3.923	-3.201
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	794	-146
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-581	1.627
6.01.02.05	Impostos a recuperar	-253	3.929
6.01.02.07	Outros créditos	-1.871	219
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	1.267	-129
6.01.02.11	Fornecedores	-20.335	385
6.01.02.12	Fornecedor - partes relacionadas	1.040	599
6.01.02.13	Cauções contratuais	-366	-3.458
6.01.02.14	Obrigações sociais	144	1.113
6.01.02.15	Obrigações fiscais	2.948	-1.905
6.01.02.16	Custo de transação - empréstimos	5.650	5.683
6.01.02.17	Outras contas a pagar	-349	-4.663
6.01.02.19	Taxa de Fiscalização	54	1.771
6.01.02.20	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-2.474	-1.582
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-170.427	-48.468
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-104	-463
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-155.683	-123.622
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	0	-68
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	0	26.401
6.02.05	Aplicação financeira	-14.640	49.284
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-88.072	-161.906
6.03.01	Risco sacado - captação	68.147	28.467
6.03.02	Risco Sacado - pagamento	-61.761	-23.245
6.03.05	Pagamento arrendamento mercantil	-4.458	-7.128
6.03.15	Devolução de capital social	-90.000	-160.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14.633	-1.438
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	75.168	76.193
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	60.535	74.755

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	957.285	0	0	-130.524	0	826.761
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	957.285	0	0	-130.524	0	826.761
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-90.000	0	0	0	0	-90.000
5.04.08	Devoluções de Capital	-90.000	0	0	0	0	-90.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-50.811	0	-50.811
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-50.811	0	-50.811
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	867.285	0	0	-181.335	0	685.950

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.162.285	0	10.530	-78.657	0	1.094.158
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.285	0	10.530	-78.657	0	1.094.158
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-160.000	0	0	0	0	-160.000
5.04.08	Devoluções de Capital	-160.000	0	0	0	0	-160.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-51.837	0	-51.837
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-51.837	0	-51.837
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.002.285	0	10.530	-130.494	0	882.321

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	515.320	413.498
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	391.536	325.198
7.01.02	Outras Receitas	123.784	88.300
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	113.366	80.116
7.01.02.02	Outras	8.172	6.892
7.01.02.03	Juros Capitalizados	2.246	1.292
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-210.083	-198.355
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-31.819	-36.916
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.534	-13.238
7.02.04	Outros	-163.730	-148.201
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-113.366	-80.116
7.02.04.04	Custo da Concessão	-15.595	-15.662
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-30.116	-48.508
7.02.04.06	Outros	-4.653	-3.915
7.03	Valor Adicionado Bruto	305.237	215.143
7.04	Retenções	-164.683	-158.799
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-164.683	-158.799
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	140.554	56.344
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.444	4.181
7.06.02	Receitas Financeiras	3.480	4.299
7.06.03	Outros	-36	-118
7.06.03.03	Outros	-36	-118
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	143.998	60.525
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	143.998	60.525
7.08.01	Pessoal	33.903	24.840
7.08.01.01	Remuneração Direta	26.320	18.390
7.08.01.02	Benefícios	6.041	5.340
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.542	1.110
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.494	983
7.08.02.01	Federais	-11.314	-15.589
7.08.02.02	Estaduais	0	3
7.08.02.03	Municipais	19.808	16.569
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	152.412	86.539
7.08.03.01	Juros	138.776	71.288
7.08.03.02	Aluguéis	169	-6
7.08.03.03	Outras	13.467	15.257
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados Debêntures	2.246	1.292
7.08.03.03.03	Outras	11.221	13.965
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-50.811	-51.837
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-50.811	-51.837

Comentário do Desempenho



Registro, 10 de novembro de 2021 – A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”), é uma Sociedade do grupo Arteris S.A. (“Controladora”), comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2021 (3T21). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Sociedade declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2021.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado: no 3T21 o tráfego pedagiado foi de 40.184 mil veículos equivalentes. Em relação ao 3T20, houve um aumento no fluxo de veículos de 8,3%. No comparativo do 3T21 em relação ao 2T21, houve um aumento de 5,5%. Na comparação do 9M21 com o 9M20, houve um aumento de 16,7%. Historicamente, os fatores que influenciam no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias, adicionado neste ano pela crise provocada pela pandemia do Covid-19.

Veículos Equivalentes (em milhares)	3T21	2T21	3T20	Var%		9M21	9M20	Var%
				3T21/2T21	3T21/3T20			
Consolidado	40.184	38.074	37.089	5,5%	8,3%	117.416	100.649	16,7%
Leves	5.908	5.097	5.271	15,9%	12,1%	16.727	15.241	9,8%
Pesados	34.276	32.977	31.818	3,9%	7,7%	100.689	85.408	17,9%

Receita Operacional Bruta: a Autopista Régis Bittencourt S.A. obteve uma receita bruta de R\$ 183,1 milhões no 3T21. Em relação ao 3T20, houve um aumento de 19,4% na receita bruta, sendo que a receita de pedágio obteve um aumento de R\$ 14,9 milhões ou 12,2% na comparação deste período e as receitas de obras aumentaram 49,8%, acompanhando o volume de obras. No comparativo com o 2T21, a receita operacional bruta aumentou 6,5% ou R\$ 11,1 milhões, reflexo do aumento das receitas de pedágio em 8,7%. No comparativo dos períodos, houve um aumento de 24,3% ou R\$ 100,2 milhões na receita operacional bruta, reflexo do aumento nas receitas de pedágio em R\$ 66,3 milhões

Comentário do Desempenho



principalmente impactados pela retomada do tráfego decorrente a flexibilização das medidas de isolamento social devido a pandemia COVID-19 e R\$ 33,2 milhões nas receitas de obras.

Custos e Despesas: os custos e despesas no 3T21 aumentaram 8,2% em relação ao 3T20, tendo como principal variação o aumento de 49,8% ou R\$ 14,6 milhões no custo dos serviços de construção. Em relação ao 2T21, houve uma redução de 0,7% tendo como principal variação o decréscimo de 7,5% nos custos dos serviços prestados, principalmente devido a redução de contratação de mão de obra temporária, decorrente do retorno dos colaboradores enquadrados em alto grau de risco pela pandemia COVID-19. Na comparação do período de 9M21 com o 9M20, os custos e despesas aumentaram 9%, com o principal destaque nos custos dos serviços de construção que aumentaram R\$ 33,2 milhões.

EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) e EBITDA Ajustado: para entendimento do EBITDA e EBITDA Ajustado, destacamos que o EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado foi calculado a partir da reversão do efeito desta provisão e se equivale ao EBITDA publicado anteriormente à adoção do ICPC 01. Na comparação entre o 3T21 e 3T20, o EBITDA e o EBITDA Ajustado apresentaram um aumento de 34% e 14,8% respectivamente (R\$ 22 milhões e R\$ 12,2 milhões), justificado pelo aumento nas receitas de pedágio. Em relação ao 2T21, o EBITDA e o EBITDA Ajustado aumentaram respectivamente 14,4% e 14,7% representados por R\$ 10,9 milhões e R\$ 12,1 milhões, reflexo das variações de receitas e custos e despesas, previamente mencionadas. No acumulado ano, o EBITDA e o EBITDA Ajustado aumentaram respectivamente 45,3% e 26,1%, representados por R\$ 73,2 milhões e R\$ 54,8 milhões.

Resultado Financeiro: o resultado financeiro do 3T21 apresentou um aumento de R\$ 21,6 milhões (66,7%) em relação ao 3T20 justificado principalmente pelo aumento das despesas financeiras com os juros de debêntures. Na comparação com o 2T21, houve um aumento de 20,1% e no acumulado ano um aumento de 80,9%, ambos impactados principalmente pelas despesas financeiras.

Prejuízo Líquido: a Sociedade obteve prejuízo de R\$ 15,3 milhões no 3T21, representando uma variação negativa de 9,4% na comparação ao 3T20, devido ao aumento nas despesas financeiras, conforme justificativa apresentada anteriormente. Na comparação com o 2T21, o prejuízo registrado foi de R\$ 15,3 milhões, contra um prejuízo de R\$ 16 milhões do trimestre anterior, representando uma variação positiva de 4,2%. No acumulado ano, o prejuízo acumulado foi de R\$ 50,8 milhões, contra um prejuízo de R\$ 51,8 milhões do ano anterior, representando uma variação positiva de 2%.

Comentário do Desempenho



Endividamento: a Autopista Régis Bittencourt S.A. encerrou o terceiro trimestre com um endividamento de R\$ 1.938,1 milhões contra R\$ 1.869,7 milhões no trimestre anterior. O aumento se refere aos juros das debêntures tomadas. O endividamento bruto e líquido do 3T21 foi respectivamente, de R\$ 1.938,1 milhões e R\$ 1.855,7 milhões e no 2T21 foi de R\$ 1.869,7 milhões e R\$ 1.712,7 milhões.

Investimentos: no terceiro trimestre de 2021 foram desembolsados R\$ 71,2 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão, distribuídos principalmente em execução de obras de melhoramentos, execução de obras de manutenção de rodovia, utilizados principalmente na realização de obras de pavimentação, elementos de proteção e segurança, sistemas de drenagem e obras de arte correntes, terraplenos e estruturas de contenção, canteiro central e faixa de domínio, melhorias físicas e operacionais.

A Sociedade estima, em milhares de reais, em 30 de setembro de 2021 o montante de R\$ 709,9 milhões (R\$ 677,8 milhões em 31 de dezembro de 2020) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$ 353,4 milhões (R\$ 391,4 milhões em 31 de dezembro de 2020) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Covid-19: Os impactos da pandemia da Covid-19 iniciada em meados de março de 2020 se estenderam durante o ano de 2020, e o terceiro trimestre de 2021, impactando diretamente o tráfego pedagiado. Durante todo esse período a Sociedade manteve as medidas mitigantes e de proteção que já haviam sido tomadas logo no início da pandemia:

- Manutenção do Comitê de crise específico para avaliar os impactos e medidas necessárias a serem tomadas;
- Manutenção da política de *home office* para todos os colaboradores em funções administrativas e com condições de atuar nessa modalidade;
- Manutenção do rodízio de colaboradores das áreas operacionais em que não é possível a adoção de *home office*, evitando-se a exposição do maior número de colaboradores possível;
- Suspensão de viagens nacionais e internacionais;
- Suspensão de reuniões externas e reuniões com terceiros dentro dos escritórios;
- Constante comunicação da liderança trazendo todos os novos desdobramentos a respeito de conscientização dos riscos, prevenção, medidas tomadas e orientações das autoridades;
- Atuação frente aos principais bancos a fim de preservar linhas de crédito e liquidez.

Comentário do Desempenho**Considerações Finais**

As informações financeiras intermediárias da Sociedade, aqui representadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS								
(em R\$ Mil)								
	3T21	2T21	3T20	Var% 3T21/2T21	Var% 3T21/3T20	9M21	9M20	Var% 9M21/9M20
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	183.133	172.008	153.418	6,5%	19,4%	512.022	411.841	24,3%
Receitas de pedágio	136.638	125.661	121.776	8,7%	12,2%	391.536	325.198	20,4%
Receitas de obras	44.085	43.875	29.435	0,5%	49,8%	113.366	80.116	41,5%
Outras Receitas	2.410	2.472	2.207	-2,5%	9,2%	7.120	6.527	9,1%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(12.094)	(11.258)	(10.758)	7,4%	12,4%	(34.825)	(27.786)	25,3%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	171.039	160.750	142.660	6,4%	19,9%	477.197	384.055	24,3%
CUSTOS E DESPESAS	(84.400)	(85.024)	(78.023)	-0,7%	8,2%	(242.618)	(222.654)	9,0%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(26.264)	(28.392)	(25.140)	-7,5%	4,5%	(80.863)	(76.866)	5,2%
Custo dos serv. de construção	(44.085)	(43.875)	(29.435)	0,5%	49,8%	(113.366)	(80.116)	41,5%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(6.289)	(6.266)	(5.900)	0,4%	6,6%	(19.325)	(17.529)	10,2%
Provisão para manutenção em rodovias	(7.968)	(6.771)	(17.753)	17,7%	-55,1%	(30.116)	(48.508)	-37,9%
Outras receitas operacionais, líquidas	206	280	205	-26,4%	0,5%	1.052	365	188,2%
EBITDA	86.639	75.726	64.637	14,4%	34,0%	234.579	161.401	45,3%
Margem EBITDA	68,2%	64,8%	57,1%	5,3%	19,5%	64,5%	53,1%	21,4%
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(55.731)	(54.924)	(53.418)	1,5%	4,3%	(164.683)	(158.799)	3,7%
Depreciação de imobilizado	(233)	(265)	(271)	-12,1%	-14,0%	(765)	(781)	-2,0%
Amortização do intangível	(54.067)	(53.170)	(51.118)	1,7%	5,8%	(159.642)	(151.740)	5,2%
Amortização do diferido	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização do direito de uso	(1.431)	(1.489)	(2.029)	-3,9%	-29,5%	(4.276)	(6.278)	-31,9%
RESULTADO FINANCEIRO	(54.075)	(45.033)	(32.436)	20,1%	66,7%	(146.784)	(81.123)	80,9%
Receitas financeiras	1.999	1.056	979	89,3%	104,2%	3.480	4.299	-19,1%
Despesas financeiras	(56.040)	(46.089)	(33.320)	21,6%	68,2%	(150.228)	(85.304)	76,1%
Variação cambial, líquida	(34)	-	(95)	-	-64,2%	(36)	(118)	-69,5%
PREJUÍZO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	(23.167)	(24.231)	(21.217)	-4,4%	9,2%	(76.888)	(78.521)	-2,1%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.836	8.231	7.208	-4,8%	8,7%	26.077	26.684	-2,3%
Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferido	7.836	8.231	7.208	-4,8%	8,7%	26.077	26.684	-2,3%
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(15.331)	(16.000)	(14.009)	-4,2%	9,4%	(50.811)	(51.837)	-2,0%
EBITDA AJUSTADO								
(em R\$ Mil)								
	3T21	2T21	3T20	Var% 3T21/2T21	Var% 3T21/3T20	9M21	9M20	Var% 9M21/9M20
EBITDA ¹	86.639	75.726	64.637	14,4%	34,0%	234.579	161.401	45,3%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	7.968	6.771	17.753	17,7%	-55,1%	30.116	48.508	-37,9%
EBITDA Ajustado ²	94.607	82.497	82.390	14,7%	14,8%	264.695	209.909	26,1%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão pl manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01

A Autopista Régis Bittencourt é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto registrada na CVM. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites ri.arteris.com.br](http://ri.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139, 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. (“Arteris”).

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

A Arteris S.A. é uma Sociedade brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE’s) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo Arteris” e individualmente como “entidade do Grupo”).

A Autopista Régis Bittencourt tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

2. CONCESSÃO

No trimestre de 01 de julho de 2021 a 30 de setembro de 2021 (“trimestre”), e no período de 01 de janeiro de 2021 a 30 de setembro de 2021 (“período”) não ocorreram mudanças na concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pelo mencionado abaixo:

Covid - 19

Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020 a Sociedade analisou os efeitos do coronavírus nas informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2021, face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, a Sociedade adotou diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a integridade, saúde e a segurança de todos os seus colaboradores usuários e demais *stakeholders*, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados.

Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, este ainda sem revogação expressa, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras.

A Sociedade adotou durante o exercício de 2020 estes benefícios previstos nas medidas tributária e não tributárias implementadas pela União, através do diferimento de tributos - Portaria nº 139/2020 e Portaria nº 245/2020, ambas sem revogação, contudo, os prazos de diferimentos não foram postergados e do FGTS - Medida Provisória nº 927/2020 revogada, além da redução das alíquotas do sistema S na determinação das contribuições parafiscais destinadas a outras entidades - Medida Provisória nº 932/2020 (convertida em Lei 14.025/2020), além de medidas como concessão de férias antecipadas, postergação do pagamento da remuneração de férias e abono pecuniário de férias. A Sociedade, de modo complementar, implementou também a suspensão do contrato de trabalho, conforme previsto na Lei nº 14.020/2020 (conversão da Medida Provisória 936/2020), dos empregados considerados como

Notas Explicativas

grupo de risco do COVID-19, e que não conseguiram permanecer atuando em suas respectivas funções, integrando-os ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda.

Em 07 de maio de 2021 a Sociedade aderiu diante da publicação da Medida Provisória 1.046/2021 publicada em 28 de abril de 2021 ao diferimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e os recolhimentos dos FGTS de todos os colaboradores referente aos meses de abril, maio, junho e julho de 2021 terão seus vencimentos postergados e serão depositados a partir de setembro a dezembro de 2021.

Ressalta-se, por fim, que as medidas mencionadas acima não excluem a adoção de medidas adicionais e complementares, como a inclusão de novo grupo de colaboradores no programa imediatamente acima mencionado, caso se verifique incompatibilidade para o desempenho de atividades, se o colaborador possuir novo diagnóstico, considerando-o no Grupo de Risco.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Contábeis da Autopista Régis Bittencourt S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que detalham os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual. Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foram autorizadas pela Diretoria em 10 de novembro de 2021.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas Informações contábeis intermediárias.

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

(b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

Notas Explicativas

- (c) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- (d) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- (e) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- (f) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do período ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Caixa e contas bancárias	3.480	5.992
Aplicações financeiras *	57.055	69.176
Total	<u>60.535</u>	<u>75.168</u>

<u>Aplicações financeiras</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fundos de investimentos**	21.851	7.211
Total	<u>21.851</u>	<u>7.211</u>

* Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 99,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (80,3% em 31 de dezembro de 2020).

** As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.09.2021</u>		<u>31.12.2020</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber	30.568	-	25.881	-
Cupons de pedágio a receber	1.311	-	1.798	-
Cartões de pedágio a receber	538	-	230	-
Receitas acessórias a receber (a)	1.611	3.937	2.199	3.934
Outras receitas a receber	2	-	2	-
Total	<u>34.030</u>	<u>3.937</u>	<u>30.110</u>	<u>3.934</u>

(a) Receitas acessórias referentes ao uso da faixa de domínio.

Notas Explicativas

Cronograma de recebimento:

	30.09.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	33.983	3.937	29.736	3.934
Créditos vencidos até 60 dias	12	-	-	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	6	-	364	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	29	-	10	-
	<u>34.030</u>	<u>3.937</u>	<u>30.110</u>	<u>3.934</u>

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas com recebíveis em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 é como segue:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(23.167)	(76.888)	(21.217)	(78.521)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	7.877	26.142	7.214	26.697
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	<u>(41)</u>	<u>(65)</u>	<u>(6)</u>	<u>(13)</u>
Total	<u>7.836</u>	<u>26.077</u>	<u>7.208</u>	<u>26.684</u>
Imposto Contabilizado	7.836	26.077	7.208	26.684
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Diferido	<u>7.836</u>	<u>26.077</u>	<u>7.208</u>	<u>26.684</u>
	<u>7.836</u>	<u>26.077</u>	<u>7.208</u>	<u>26.684</u>
Alíquota efetiva de impostos	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)

Notas Explicativas

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.09.2021	31.12.2020
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	404.134	312.459
Provisão de participação nos lucros	1.195	1.589
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	5.663	6.580
Outras provisões	2.001	2.532
Provisão para manutenção de rodovias	70.652	97.191
Amortização acumulada de obras futuras	495	430
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	615	356
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Estorno de capitalização de juros	34	34
Amortização estorno de capitalização de juros	(13)	(11)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	484.776	421.160
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>164.824</u>	<u>143.194</u>
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(584)	(584)
Ajuste dos encargos financeiros (<i>confirming</i>)	(97)	(38)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(318.245)	(318.245)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	118.247	105.109
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(200.679)	(213.758)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(68.231)</u>	<u>(72.678)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>96.593</u>	<u>70.516</u>

Notas Explicativas

Movimentos de resultados representados por:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo fiscal e base negativa	36.642	91.675	7.377	51.275
Provisão de participação nos lucros	375	(394)	389	(881)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(193)	(917)	390	300
Outras provisões	(546)	(530)	496	(293)
Provisão para manutenção de rodovias	(17.668)	(26.539)	8.119	14.393
Amortização acumulada de obras futuras	22	65	22	65
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(55)	(59)	(8)	(36)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	92	259	36	520
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14				
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	4.379	13.138	4.379	13.140
Amortização estorno de capitalização de juros	(1)	(2)	(1)	(2)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	23.047	76.696	21.199	78.481
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	<u>7.836</u>	<u>26.077</u>	<u>7.208</u>	<u>26.684</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>7.836</u>	<u>26.077</u>	<u>7.208</u>	<u>26.684</u>

- (a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.
- (b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

A expectativa de recuperação dos créditos oriundos do prejuízo fiscal e da base negativa e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Notas Explicativas

Exercícios a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	Ativo não circulante
2023	1.882
2024	22.587
2025	22.587
2026	22.587
Após 2026	67.763
	<u>137.406</u>

O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final da concessão.

Notas Explicativas**8. DIREITO DE USO**

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Imóveis (e)	Outros	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2020	16.873	3.448	735	591	34	435	22.116
Remensuração	-	54	30	-	33	-	117
Adições	(18)	23	-	-	335	-	340
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	435	(435)	-
Baixas	-	-	-	-	(243)	-	(243)
Saldo em 30.09.2021	<u>16.855</u>	<u>3.525</u>	<u>765</u>	<u>591</u>	<u>594</u>	<u>-</u>	<u>22.330</u>
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2020	(563)	(2.365)	(200)	(125)	(26)	(405)	(3.684)
Amortização	(2.583)	(1.022)	(307)	(280)	(84)	-	(4.276)
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	(405)	405	-
Baixa	63	-	-	-	243	-	306
Saldo em 30.09.2021	<u>(3.083)</u>	<u>(3.387)</u>	<u>(507)</u>	<u>(405)</u>	<u>(272)</u>	<u>-</u>	<u>(7.654)</u>
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2020	16.310	1.083	535	466	8	30	18.432
Saldo em 30.09.2021	13.772	138	258	186	322	-	14.676
Taxas de amortização - a.a.	20%	37%	55%	63%	40%	0%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Imóveis (e)	Outros	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2019	25.254	3.372	771	981	89	507	30.974
Adições	811	76	699	236	-	-	1.822
Saldo em 30.09.2020	<u>26.065</u>	<u>3.448</u>	<u>1.470</u>	<u>1.217</u>	<u>89</u>	<u>507</u>	<u>32.796</u>
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2019	(5.612)	(1.156)	(490)	(358)	(68)	(246)	(7.930)
Amortização	(4.524)	(914)	(346)	(299)	(10)	(185)	(6.278)
Saldo em 30.09.2020	<u>(10.136)</u>	<u>(2.070)</u>	<u>(836)</u>	<u>(657)</u>	<u>(78)</u>	<u>(431)</u>	<u>(14.208)</u>
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2019	19.642	2.216	281	623	21	261	23.044
Saldo em 30.09.2020	15.929	1.378	634	560	11	76	18.588
Taxas de amortização - a.a.	22%	34%	32%	31%	15%	49%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
(b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
(c) Refere-se a veículos administrativos.
(d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
(e) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.

Notas Explicativas**9. IMOBILIZADO**

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2020	1.043	2.474	611	1.175	4.491	-	9.794
Adições	-	-	-	-	-	104	104
Saldo em 30.09.2021	<u>1.043</u>	<u>2.474</u>	<u>611</u>	<u>1.175</u>	<u>4.491</u>	<u>104</u>	<u>9.898</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2020	(842)	(1.393)	(438)	(708)	(2.386)	-	(5.767)
Depreciações	(36)	(253)	(102)	(87)	(287)	-	(765)
Saldo em 30.09.2021	<u>(878)</u>	<u>(1.646)</u>	<u>(540)</u>	<u>(795)</u>	<u>(2.673)</u>	<u>-</u>	<u>(6.532)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2020	201	1.081	173	467	2.105	-	4.027
Saldo em 30.09.2021	165	828	71	380	1.818	104	3.366
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%		

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2019	1.006	2.152	626	1.175	4.413	-	9.372
Adições	37	322	-	-	104	-	463
Alienações/baixas	-	-	(15)	-	(26)	-	(41)
Saldo em 30.09.2020	<u>1.043</u>	<u>2.474</u>	<u>611</u>	<u>1.175</u>	<u>4.491</u>	<u>-</u>	<u>9.794</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2019	(781)	(1.081)	(287)	(591)	(2.003)	-	(4.743)
Depreciações	(46)	(227)	(122)	(87)	(299)	-	(781)
Alienações/baixas	-	-	11	-	17	-	28
Saldo em 30.09.2020	<u>(827)</u>	<u>(1.308)</u>	<u>(398)</u>	<u>(678)</u>	<u>(2.285)</u>	<u>-</u>	<u>(5.496)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2019	225	1.071	339	584	2.410	-	4.629
Saldo em 30.09.2020	216	1.166	213	497	2.206	-	4.298
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%		

Notas Explicativas**10. INTANGÍVEL E INTANGÍVEL EM ANDAMENTO**

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Intangível em andamento (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2020	3.507.617	5.430	700	3.513.747	31.581	3.545.328
Adições	101.965	696	93	102.754	13.554	116.308
Transferências/reclassificações	9.202	-	(93)	9.109	(9.109)	-
Saldo em 30.09.2021	<u>3.618.784</u>	<u>6.126</u>	<u>700</u>	<u>3.625.610</u>	<u>36.026</u>	<u>3.661.636</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2020	(971.181)	(2.629)	-	(973.810)	-	(973.810)
Amortizações	(159.192)	(450)	-	(159.642)	-	(159.642)
Saldo em 30.09.2021	<u>(1.130.373)</u>	<u>(3.079)</u>	<u>-</u>	<u>(1.133.452)</u>	<u>-</u>	<u>(1.133.452)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2020	2.536.436	2.801	700	2.539.937	31.581	2.571.518
Saldo em 30.09.2021	2.488.411	3.047	700	2.492.158	36.026	2.528.184
Taxas de amortização - a.a. (c)	6%	20%				

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Intangível em andamento (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2019	3.388.013	4.699	1.257	3.393.969	36.965	3.430.934
Adições	61.452	718	146	62.316	19.810	82.126
Transferências/reclassificações	16.001	-	(146)	15.855	(15.855)	-
Alienações/baixas	(774)	(6)	(557)	(1.337)	-	(1.337)
Saldo em 30.09.2020	<u>3.464.692</u>	<u>5.411</u>	<u>700</u>	<u>3.470.803</u>	<u>40.920</u>	<u>3.511.723</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2019	(768.389)	(2.104)	-	(770.493)	-	(770.493)
Amortizações	(151.362)	(378)	-	(151.740)	-	(151.740)
Alienações/baixas	8	-	-	8	-	8
Saldo em 30.09.2020	<u>(919.743)</u>	<u>(2.482)</u>	<u>-</u>	<u>(922.225)</u>	<u>-</u>	<u>(922.225)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2019	2.619.624	2.595	1.257	2.623.476	36.965	2.660.441
Saldo em 30.09.2020	2.544.949	2.929	700	2.548.578	40.920	2.589.498
Taxas de amortização - a.a. (c)	6%	20%				

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Intangível em andamento, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais naturezas as obras de duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.
- (c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados

Notas Explicativas

No período findo em 30 de setembro de 2021, a Sociedade capitalizou o montante de R\$2.246 (R\$1.292 em 30 de setembro de 2020) referente aos custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2021 foi de 0,74% a.a e em 2020 0,52% a.a, do total de juros provisionados no período, vide nota explicativa 12.

Análise de impairment

A Administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 30 de setembro de 2021 e concluiu que não possui qualquer indicativo para constituição de provisão de *impairment*.

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado da Sociedade, classificada como única UGC em 31 de dezembro de 2020, e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis, não identificando indicadores que pudessem gerar a necessidade de uma nova projeção, uma vez que as premissas se mantiveram as mesmas.

Para as análises de *impairment* as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções e sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade, custos operacionais, inflação, período de projeto da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

11. RISCO SACADO

Em 30 de setembro de 2021, o saldo de R\$13.649 (R\$7.323 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Estão representados por:

Moeda nacional	30.09.2021	30.09.2020
Saldo inicial	7.323	1.317
Captações/Renovações	68.147	28.467
Amortização de principal	(61.761)	(23.245)
AVP/Risco sacado	(60)	(36)
	<u>13.649</u>	<u>6.503</u>
Saldo final	<u>13.649</u>	<u>6.503</u>

Notas Explicativas

12. DEBÊNTURES

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.09.2021	31.12.2020
8ª Emissão - 1ª Série	1.000.000	IPCA + 4,5% a.a.	jun-31	1.223.744	1.105.824
8ª Emissão - 2ª Série	700.000	CDI + 0,86% a.a.	jun-27	753.196	730.094
				<u>1.976.940</u>	<u>1.835.918</u>
			Custo de transação	<u>(52.489)</u>	<u>(57.557)</u>
			Total	1.924.451	1.778.361
			Circulante	129.086	136.758
			Não circulante	1.795.365	1.641.603
			Total	1.924.451	1.778.361

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	30.09.2021			30.09.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	143.534	1.692.384	1.835.918	-	1.716.918	1.716.918
Juros provisionados	63.962	77.060	141.022	-	72.580	72.580
Transferências	(71.634)	71.634	-	-	-	-
	<u>135.862</u>	<u>1.841.078</u>	<u>1.976.940</u>	<u>-</u>	<u>1.789.498</u>	<u>1.789.498</u>
Custo de transação	(6.776)	(45.713)	(52.489)	(6.776)	(52.489)	(59.265)
Saldo final	<u>129.086</u>	<u>1.795.365</u>	<u>1.924.451</u>	<u>(6.776)</u>	<u>1.737.009</u>	<u>1.730.233</u>

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
8ª Emissão - 1ª Série	19.11.2019	1.000.000	1.000	19.11.2019	1.000.000
8ª Emissão - 2ª Série	19.11.2019	700.000	970	19.11.2019	678.821
		<u>1.700.000</u>			<u>1.678.821</u>

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2021, as parcelas de longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2022	42.998
2023	99.360
2024	139.780
2025	164.255
Após 2025	<u>1.394.685</u>
	<u><u>1.841.078</u></u>

As debêntures da 8ª Emissão possuem fiança da controladora Arteris.

As escrituras de emissão da 8ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo:

Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,2, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{(\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{CAPEX})}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

- (i) EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice;
- (ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD; e
- (iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens “Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado” e “Aquisições de Itens do Intangível” do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto.

(b) A relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).

A partir do exercício social de 2027, apresentar trimestralmente índice de alavancagem, de acordo com cada ano, menor ou igual a:

3,0 – 2027
2,5 – 2028
2,0 – 2029
1,5 – 2030
1,0 – 2031

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{\text{EBITDA Ajustado}}$$

Notas Explicativas

Onde:

- (iv) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades de caixa; e
- (v) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das informações contábeis intermediárias.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de setembro de 2021, o saldo de R\$18.118 (R\$16.855 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$14.465 (R\$14.530 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	30.09.2021		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2020	4.847	13.941	18.788
Remensuração	108	9	117
Adições	236	70	306
Utilizações	(4.980)	-	(4.980)
Ajuste a valor presente	1.060	-	1.060
Transferências	2.711	(2.711)	-
Saldo em 30.09.2021	<u>3.982</u>	<u>11.309</u>	<u>15.291</u>
	30.09.2020		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	7.148	16.786	23.934
Adições	887	936	1.823
Utilizações	(7.152)	-	(7.152)
Ajuste a valor presente	1.450	(56)	1.394
Transferências	5.136	(5.136)	-
Saldo em 30.09.2020	<u>7.469</u>	<u>12.530</u>	<u>19.999</u>

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2021, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2022	980
2023	3.587
2024	3.585
2025	3.157
	<u>11.309</u>

Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2021, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$4.458 (R\$9.287 em 31 de dezembro de 2020).

O potencial PIS/Cofins (3,65%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 30 de setembro de 2021 são respectivamente R\$82 e R\$379 para PIS e Cofins.

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a taxa média é de 8,42% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da sociedade.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas, debêntures para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e as transações realizadas em 30 de setembro de 2021 e de 2020, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Controladora / Outras Partes Relacionadas		
Contas a receber:		
Vianorte S.A. (a)	-	608
Planalto Sul S.A. (a)	-	60
Litoral Sul S.A. (a)	1	127
Contas a receber de partes relacionadas circulante	1	795
Total parte relacionada no ativo circulante	1	795

Notas Explicativas

<u>Passivo circulante</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Controladora / Outras Partes Relacionadas		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	3.532	3.955
Planalto Sul S.A. (a)	32	83
Litoral Sul S.A. (a)	1.584	630
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	89	71
Passivos com partes relacionadas circulante	5.237	4.739
Total do passivo circulante	5.237	4.739

	PERÍODO	
	30.09.2021	30.09.2020
<u>Contas de Resultado:</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>
Controladora		
Arteris S.A.	(12.189)	(9.596)
Outras partes relacionadas		
Planalto Sul S.A.	3	(214)
Litoral Sul S.A.	(4.803)	(1.067)
Total	(16.989)	(10.877)

	TRIMESTRE	
	30.09.2021	30.09.2020
<u>Contas de Resultado:</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>
Controladora		
Arteris S.A.	(4.142)	(3.442)
Outras partes relacionadas		
Centrovias S.A.	-	19
Planalto Sul S.A.	-	(144)
Litoral Sul S.A.	(1.742)	(921)
Total	(5.884)	(4.488)

- a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias.

Notas Explicativas

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registrada no intangível da Sociedade em 30 de setembro de 2021 no valor de R\$932 (R\$744 em 30 de setembro de 2020), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do trimestre e período de seis meses findos em 30 de setembro de 2021, a Sociedade reconheceu o montante de R\$146 e R\$491 a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado R\$464 e R\$1.867 relativo ao rateio da “Holding”, que totalizam R\$610 e R\$2.358 (R\$998 e R\$1.932 em 30 de setembro de 2020), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2021, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$600. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício, e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.195 e R\$1.589.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA da Sociedade e EBITDA consolidado do grupo Arteris, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES

(a) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	31.12.2020	Adições	Reversões	Pagamentos	30.09.2021
Cíveis	808	1.140	-	(1.386)	562
Trabalhistas	1.740	295	-	(1.088)	947
Regulatório	4.032	122	-	-	4.154
Total	6.580	1.557	-	(2.474)	5.663

Notas Explicativas

	<u>31.12.2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30.09.2020</u>
Cíveis	770	1.397	(11)	(1.062)	1.094
Trabalhistas	1.421	1.288	(373)	(520)	1.816
Regulatório	4.016	126	(545)	-	3.597
Total	<u>6.207</u>	<u>2.811</u>	<u>(929)</u>	<u>(1.582)</u>	<u>6.507</u>

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$4.154 e 4.032 respectivamente. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade para os quais não foram constituídas provisões e que sumarizam o montante de R\$12.609 (R\$11.925 em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

<u>Possíveis</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Cíveis	2.638	2.204
Trabalhistas	1.049	823
Regulatório	12.609	11.925
Fiscal	348	-
Total	<u>16.644</u>	<u>14.952</u>

(*) Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

Os depósitos judiciais no montante de R\$855 em 30 de setembro de 2021 (R\$2.122 em 31 de dezembro de 2020) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado perda como possível ou remota.

(b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 4,81% a.a., considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

(c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante	Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2020	1.399	64.326	32.865	1.399	97.191
Adições/Reversões	-	16.083	14.033	-	30.116
Utilizações	-	(59.595)	-	-	(59.595)
Ajuste a valor presente	-	-	2.940	-	2.940
Transferências	-	18.997	(18.997)	-	-
Saldo em 30.09.2021	1.399	39.811	30.841	1.399	70.652

	Circulante		Não circulante	Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2019	1.399	52.125	34.516	1.399	86.641
Adições/Reversões	-	22.924	25.584	-	48.508
Utilizações	-	(38.247)	-	-	(38.247)
Ajuste a valor presente	-	2.447	1.685	-	4.132
Transferências	-	24.635	(24.635)	-	-
Saldo em 30.09.2020	1.399	63.884	37.150	1.399	101.034

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2021, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$59.061 (R\$41.894 em 30 de setembro de 2020).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito em 30 de setembro de 2021 é de R\$880.785 (R\$970.785 em 31 de dezembro de 2020), compostos por 657.300.291 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor R\$867.285 que representam 651.604.088 ações.

A Sociedade efetuou a redução de capital social no montante de R\$90.000, mediante restituição de capital em moeda corrente, e sem o cancelamento de quaisquer ações conforme ata constituída em 14 de setembro de 2021.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Notas Explicativas

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2020 não há constituição de dividendos mínimos obrigatórios devido ao resultado final apurado no exercício de 2020 ter apresentado prejuízo líquido.

19. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas operacionais				
Receita de serviços prestados	136.638	391.536	121.776	325.198
Receita de serviços de construção - ICPC 01 (R1)	44.085	113.366	29.435	80.116
Receitas acessórias	2.410	7.120	2.207	6.527
Receita bruta	<u>183.133</u>	<u>512.022</u>	<u>153.418</u>	<u>411.841</u>
Impostos sobre receitas operacionais				
ISSQN	(6.832)	(19.754)	(6.159)	(16.528)
PIS	(903)	(2.588)	(806)	(1.977)
COFINS	(4.166)	(11.944)	(3.717)	(9.066)
Outras deduções	(193)	(539)	(76)	(215)
Deduções das receitas brutas	<u>12.094</u>	<u>(34.825)</u>	<u>(10.758)</u>	<u>(27.786)</u>
Receita líquida	<u>171.039</u>	<u>477.197</u>	<u>142.660</u>	<u>384.055</u>

Notas Explicativas**20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(6.857)	(21.972)	(4.905)	(14.835)
Serviços de terceiros	(5.879)	(17.808)	(7.604)	(22.631)
Conservação	(4.649)	(14.056)	(4.083)	(14.353)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.046)	(2.869)	(1.005)	(2.624)
Consumo	(1.278)	(3.482)	(1.068)	(3.260)
Transportes	(1.199)	(4.014)	(1.029)	(2.991)
Verba de fiscalização	(4.335)	(13.005)	(4.156)	(12.468)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	-	-	(45)	(200)
Seguros / Garantias	(777)	(2.587)	(1.008)	(2.816)
Provisão de manutenção em rodovias	(7.968)	(30.116)	(17.753)	(48.508)
Custos de serviços da construção	(44.085)	(113.366)	(29.435)	(80.116)
Depreciação / Amortização	(55.558)	(164.174)	(53.365)	(158.626)
Outros	(244)	(1.070)	(237)	(688)
Total	<u>(133.875)</u>	<u>(388.519)</u>	<u>(125.693)</u>	<u>(364.116)</u>

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas gerais e administrativas:				
Com pessoal	(4.152)	(11.931)	(3.776)	(10.009)
Serviços de terceiros	(453)	(1.660)	(633)	(2.101)
Manutenção de bens e conservação	(447)	(1.376)	(299)	(1.434)
Consumo	(262)	(1.078)	(247)	(830)
Seguros/Garantias	(11)	(33)	(65)	(82)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(491)	(1.557)	(644)	(1.882)
Comunicação e marketing	(127)	(306)	(78)	(210)
Indenizações à terceiros	(4)	(16)	(2)	(6)
Publicações legais	(10)	(285)	(7)	(260)
Depreciação / Amortização	(173)	(509)	(53)	(173)
Outros	(332)	(1.083)	(149)	(715)
Total	<u>(6.462)</u>	<u>(19.834)</u>	<u>(5.953)</u>	<u>(17.702)</u>

Notas Explicativas**21. RESULTADO FINANCEIRO**

Está representado por:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	1.985	3.445	337	1.600
Créditos fiscais (a)	9	26	592	2.643
Outras receitas	5	9	50	56
Total	<u>1.999</u>	<u>3.480</u>	<u>979</u>	<u>4.299</u>

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Engargos financeiros (*)	(52.469)	(138.776)	(29.007)	(71.288)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(1.283)	(3.940)	(1.266)	(5.490)
Outras despesas	(2.288)	(7.512)	(3.047)	(8.526)
Total	<u>(56.040)</u>	<u>(150.228)</u>	<u>(33.320)</u>	<u>(85.304)</u>

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Variação cambial líquida:				
Variação cambial	(34)	(36)	(95)	(118)
Total	<u>(34)</u>	<u>(36)</u>	<u>(95)</u>	<u>(118)</u>

(*) Do total de juros de debêntures incorridos em 30 de setembro de 2021 no valor de R\$141.022, o montante de R\$2.246 foi capitalizado (R\$71.288 e R\$1.292 em 30 de setembro de 2020) e reconhecido como adição de intangível na demonstração do fluxo de caixa de investimento.

(a) Créditos fiscais na atualização de impostos a recuperar e recuperação de créditos com PIS e a COFINS. A partir de 01.07.2015, as alíquotas do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente, de acordo com o Decreto Nº 8.426, de 1º de Abril de 2015. Porém após a Instrução Normativa RFB Nº 1731, de 22 de agosto de 2017, as tributações destes impostos não se aplicam a companhias de concessões rodoviárias, que após apresentação dos Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), gerou o crédito fiscal estornando os impostos já reconhecidos.

Notas Explicativas**22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) Informações suplementares

	30.09.2021	30.09.2020
Total das adições de intangível e intangível em andamento	116.308	82.126
Total das adições de imobilizado	104	463
Juros capitalizados - debêntures	(2.246)	(1.292)
	<u>114.166</u>	<u>81.297</u>
Aquisição (adições)	(114.166)	(81.297)
Fornecedores	21.200	(7.308)
Obrigações fiscais	(2.985)	3.926
Contas a pagar - partes relacionadas	(542)	456
Cauções contratuais	301	(1.615)
Realização manutenção ICPC 01 em rodovias	(59.595)	(38.247)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e intangível em andamento	<u>(155.787)</u>	<u>(124.085)</u>
Fluxo de caixa imobilizado	(104)	(463)
Fluxo de caixa intangível	(155.683)	(123.622)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	<u>(155.787)</u>	<u>(124.085)</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de períodos anteriores menos valores a pagar no período , que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(41.621)	(42.788)

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo líquido do período	(15.331)	(50.811)	(14.009)	(51.837)
Número de ações durante período	657.300	657.300	657.300	657.300
Prejuízo por ação	<u>(0,0233)</u>	<u>(0,0773)</u>	<u>(0,0213)</u>	<u>(0,0789)</u>
(*) em milhares				

Notas Explicativas

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não existir durante os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	30.09.2021		31.12.2020	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1	58.159	58.159	75.168	75.168
Aplicações financeiras	Nível 2	1	24.227	24.227	7.211	7.211
Contas a receber clientes	Nível 2	2	34.030	34.030	30.110	30.110
Contas a receber - partes relacionadas	Nível 2	2	1	1	795	795
Outros Créditos	Nível 2	2	6.604	6.604	4.888	4.888
			<u>123.021</u>	<u>123.021</u>	<u>118.172</u>	<u>118.172</u>
Empréstimos e financiamentos (**)	Nível 2	2	2	2	(580)	(580)
Empréstimos - Risco sacado	Nível 2	2	13.649	13.649	7.323	7.323
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	2	5.237	5.237	4.739	4.739
Debêntures (**)	Nível 2	1	1.976.940	1.709.057	1.064.385	1.024.609
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	32.583	32.583	31.385	31.385
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.445	1.445	1.391	1.391
Outras contas a pagar	Nível 2	2	7.772	7.772	8.121	8.121
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))(***)	Nível 2	1	15.291	15.291	18.788	18.788
			<u>2.052.919</u>	<u>1.785.036</u>	<u>1.135.552</u>	<u>1.095.776</u>

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Vide nota 12

(***) Não é escopo do CPC 48

Mensuração do valor justo

O pronunciamento técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, da Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Notas Explicativas

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto das debêntures a pagar sujeitas a taxas variáveis).

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	8,50%	10,63%	12,75%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(71.050)	(87.193)	(103.336)
Receita de aplicações financeiras	7.549	9.436	11.323
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(63.501)</u>	<u>(77.757)</u>	<u>(92.013)</u>
IPCA	4,14%	5,18%	6,21%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	<u>(108.011)</u>	<u>(121.247)</u>	<u>(134.483)</u>
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(108.011)</u>	<u>(121.247)</u>	<u>(134.483)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(171.512)</u>	<u>(199.004)</u>	<u>(226.496)</u>

Notas Explicativas

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 04 de outubro de 2021, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Essas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 30 de setembro de 2021 a Sociedade apresentava valores a receber no montante de R\$30.568 (R\$25.881 em 31 de dezembro de 2020) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar, Autoexpresso, Movemais e Veloe, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Para o período findo em 30 de setembro de 2021 o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$122.276 (R\$152.880 em 31 de dezembro de 2020).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida

Notas Explicativas

em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2021 (após setembro)	2022	2023	2024	2025	Total
						em diante	
Capital de giro	17,18%	13.649	-	-	-	-	13.649
Arrendamento mercantil a pagar	8,42%	996	3.967	3.587	3.585	3.157	15.292
Debêntures - CDI	7,01%	74.631	120.641	122.594	148.164	287.166	753.196
Debêntures - IPCA	14,75%	40.013	65.694	69.384	78.034	970.619	1.223.744
Fornecedores e cauções contratuais	-	32.583	-	-	-	-	32.583
Fornecedores partes relacionadas	-	5.237	-	-	-	-	5.237
Outras contas a pagar	-	7.772	-	-	-	-	7.772
		<u>174.881</u>	<u>190.302</u>	<u>195.565</u>	<u>229.783</u>	<u>1.260.942</u>	<u>2.051.473</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.10 a	01.01 a	01.04 a	01.07 a	Total
		31.12.2021	31.03.2022	30.06.2022	30.09.2022	
Capital de giro	17,18%	13.649	-	-	-	13.649
Arrendamento mercantil a pagar	8,42%	996	992	992	992	3.972
Debêntures - CDI	7,01%	74.631	-	60.963	-	135.594
Debêntures - IPCA	14,75%	40.013	-	33.433	38.425	111.871
Fornecedores e cauções contratuais	-	32.583	-	-	-	32.583
Fornecedores partes relacionadas	-	5.237	-	-	-	5.237
Outras contas a pagar	-	7.772	-	-	-	7.772
		<u>174.881</u>	<u>992</u>	<u>95.388</u>	<u>39.417</u>	<u>310.678</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Notas Explicativas

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	202.938

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 31.769 (R\$ 5.123 em 31 de dezembro de 2020).

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Abaixo a relação da integralização de capital ocorrida na Sociedade.

Data	Aprovação	Valor integralizado
20.10.2021	AGE	13.500

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Régis Bittencourt S.A.
Registro – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outro assunto - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 10 de novembro de 2021.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP293539/O-8

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado conselho fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

Registro, 10 de Novembro de 2021

Diretoria

Andre Giavina Bianchi
Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Simone Aparecida Borsato
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

Luiz Marcelo de Souza
Diretor de Manutenção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG Auditores Independentes ("KPMG").

Registro, 10 de Novembro de 2021.

Diretoria

Andre Giavina Bianchi
Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Simone Aparecida Borsato
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luiz Marcelo de Souza
Diretor de Manutenção